

CONFERÊNCIAS

GEOGRAFIA E PLANEJAMENTO (*).

AZIZ NACIB AB'SÁBER

Professor de Geografia Física da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Quando nos é dada a oportunidade ampla de escolher um tema para exposição, as razões que norteiam nossa escôlha podem ser tão fortuitas quanto racionalmente calculadas. Via de regra escolhemos com base em fatores ligados à nossa especialização, em atenção às nossas preferências temáticas, ou, com base em nossos últimos trabalhos de pesquisa, ou ainda, tão somente, por estarmos convencidos da importância do assunto a ser ventilado. Isto para não falar num tipo freqüente de escôlha, que deriva da atualidade plena do assunto.

No caso presente, o tema escolhido diz respeito apenas à vontade de colaborar para uma compreensão mais precisa do papel dos geógrafos nos processos de planejamento, e, na parcela de responsabilidade que lhes cabe nas tarefas de *planejamento regional*. Trata-se, por outro lado, de meditar em voz alta, sôbre assuntos e idéias até certo ponto inacabadas e certamente controvertidas. Estamos quase para dizer mesmo, que a *escôlha* do tema, no presente caso, refletiu a deliberação de rever e divulgar assuntos que são motivos de nossa permanente perplexidade.

Teria sido um prazer pessoal, muito maior, se pudéssemos narrar aos que nos ouvem, um pouco das experiências humanas acumuladas durante o decorrer de 25 anos de viagens e pesquisas no interior do país. Acreditamos mesmo que o ideal seria lhes contar alguma coisa das inúmeras peripécias *da arte de ser geógrafo*, num país de escala subcontinental, composto de áreas culturais e humanas sutilmente diferenciadas. No caso, ao lado do prazer pessoal das recordações do viajante que se vestiu de geógrafo, e, que a partir das viagens, *sentiu-se mais perto da Geografia*, haveria todo um desfile

(*) . — Aula inaugural dos Cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em março de 1969. (Nota da Redação).

de Brasil, através de nossas próprias experiências e vivências. Ah! Se eu pudesse esquecer o meu tema e lhes dizer alguma coisa sobre os bastidores da pesquisa geográfica, nas imensidões brasileiras. Mesmo porque não está muito longe o tempo em que para fazer Geografia neste país era preciso ser um mixto de pesquisador, de boêmio e de aventureiro. Não havia ainda verbas para pesquisa, nem compreensão para o tipo particular de investigação constituído pela Geografia, aqui um martelo de geólogo aprisionado pela Guarda Florestal às portas do Parque do Jaraguá, acolá as perguntas ingênuas e desconfiadas das autoridades provincianas sobre os objetivos de nossas viagens; mais além, os entraves opostos ao nosso trabalho de fotografar paisagens e coisas, ou de documentar observações.

Cenas grandiosas, documentárias das conquistas do homem sobre o espaço e a natureza: “mares” de cafezais no Oeste Paulista e no Norte do Paraná, as coletividades humanas sadias e ativas nas cidades do interior de São Paulo, do Paraná, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, e alhures; o “milagre” de Brasília; as conquistas brasileiras na faixa equatorial (Belém, Manaus, Santarém); o desenvolvimento da circulação rodoviária no interior do país, as estradas de escala sub-continental (Rio-Bahia, Belém-Anápolis, São Paulo-Rio Grande), as grandes hidroelétricas compensando a deficiência de recursos energéticos, os parques industriais em crescimento e renovação. *Et cetera. Et cetera. Et cetera.*

Do outro lado — por quê esconder — cenas de horrores, documentárias da pobreza de vastas camadas da população e de certas dificuldades de ascensão social e econômica: favelas, mocambos, barracos, a impotência das cidades “mortas” em termos de desenvolvimento, as grandes misérias dos garimpos, dos seringais e das minas de carvão insalubres, o fantasma da inflação que quase nos aniquilou, cenas de horrores no interior de um trem no Centro da Bahia, os serviços humilhantes de refeições na segunda (?) classe dos vapores do São Francisco, a tristeza profunda e envergonhada dos retirantes em uma estação rústica da Bahia (Monte Azul), o desfile interminável e monótono dos compradores de passagem, no meio da noite, em busca das terras prometidas, representadas pelas grandes frentes de trabalho no Brasil (São Paulo, Norte do Paraná, Brasília).

Retalhos de recordações antigas e memórias de maior modernidade. Velhos diálogos perdidos no Ver-O-Peso, nos seringais situados ao norte de Cuiabá, na beira de igarapés amazônicos, na Campanha Gaucha, na fronteira dos “entreverados”, no interior dos mississippianos vapores do São Francisco, nos centros de garimpagem, nas cidades milagreas, nas fazendas do São Francisco, nas aglomerações pioneiras, nas áreas de colonização estrangeira, no meio dos plantadores de arroz, entre horticultores e fazendeiros, pescadores, rendeiras e re-

deiras, funcionários bisonhos e notáveis inteligências da província. As explicações ou meia verdades dos gerentes de grandes companhias, a luta para a obtenção de informações corretas, informações cruzadas e disparatadas dos que tudo interpretam e nada informam. Esclarecimentos de pastores, informes de médicos interioranos, apreciações de agrônomos. Informações dos mascates modernos: os choferes de caminhão. O ponto de vista dos políticos. O ponto de vista dos homens do povo. O ponto de vista dos desesperados. Problemas. Esperanças. Desesperanças. Perspectivas deformadas. A busca do fio da meada no caos de algumas situações. A busca de algumas verdades.

A paisagem brasileira tem uma organização empírica representada por um mosaico rústico e variável quase ao infinito. Desde a época das sesmarias, dos patrimônios e das datas até os sistemas de loteamentos urbanos e rurais atuais, medeiam alguns séculos de repartições sucessivas e de organização empírica do espaço brasileiro. Evidentemente, frente a tal situação, é de se esperar a presença de imensas áreas mal organizadas e sub-produtivas, que estão à espera de melhor destino, baseado em esforços conjuntos de agrônomos, economistas e planejadores.

Seria quase inútil sublinhar que poucos são os países que necessitam tanto do planejamento regional quanto o Brasil. Trata-se de um país de escala continental cujas dimensões interiores para o planejamento são inesgotáveis. A rústica organização dos espaços, por toda a parte, está a necessitar de *diretrizes* para a re-estruturação interna das atividades produtivas, enquanto que enormes áreas de serões florestais e de terras situadas no domínio dos cerrados esperam melhores indicações agro-técnicas para a sua utilização econômica racional e sistemática. As regiões de solos cansados da retaguarda atlântica do país — depauperadas por 150 anos de atividades agrárias predatórias — estão à espera de *planos* de recuperação dos solos e de um conjunto de atividades produtivas mais adequadas, capazes de re-valorizar enormes espaços de pequeno rendimento econômico. Urge igualar o desenvolvimento do meio rural ao notável desenvolvimento atingido pelos centros industrializados.

A grande prévia consiste em se saber o que é planejamento. Planejar significa elaborar planos de melhoria. Significa encontrar diretrizes para corrigir os espaços mal organizados e improdutivos. Significa encontrar meios e propiciar condições para interferir nos setores menos favoráveis de uma estrutura ou de uma conjuntura. Significa criar recursos econômicos suficientes para melhorar as condições de vida das coletividades humanas de uma região ou de um país. Significa aproveitar e adaptar exemplos e padrões adequados, venham eles de onde vierem. Significa encontrar fórmulas para um desenvolvimento regional harmônico. Significa 'modernizar e esten-

der o desenvolvimento por vastos espaços. Significa, enfim, afastar os fatores de inércia cultural e econômica, e realizar um progresso globalizado, em curto espaço de tempo, e à custa do melhor dos bom-sensos possíveis.

Entremos, portanto em nosso tema: o que é a Geografia de nossos dias, e, *de como ela assim sendo* tem responsabilidades tão diretas com o planejamento e com os esforços dos conjunturistas.

* * *

Procurando identificar o verdadeiro objeto da Geografia Humana, dizia Albert Demangeon:

“a geografia humana é o estudo dos agrupamentos humanos em suas relações com o meio geográfico”.

Tal definição foi atingida pelo método das aproximações e dos aperfeiçoamentos sucessivos, tendo o autor eliminado as velhas tendências conceituais em que o homem era tomado como um elemento de ação isolada em face de um meio que era apenas uma conjuntura física. Na face da Terra, o que existiu e existe são *agrupamentos humanos* — de dimensões e composição variáveis — agindo em face de um tipo de meio que é a um tempo físico, social, e, por assim dizer, arquitetônico. Nêsse sentido, as verdadeiras dimensões do *meio geográfico* atingem às próprias dimensões do ambiente operacional dos homens na Terra.

Ainda que envelhecido pela rápida marcha da metodologia geográfica, o conceito de Geografia Humana de Demangeon, nos deixa uma série de rumos. Dêle emana o princípio de que, ao estudar uma área composta de agrupamentos humanos quaisquer, o geógrafo tem que analisar o contingente humano regional dentro da conjuntura física, sócio-econômica e sócio-cultural, que lhe serve de palco e de ambiente de vida. Disso resulta, certamente, uma enorme área de conflitagem e superposição com as preocupações de outras ciências especificamente dedicadas ao estudo do homem (Antropologia, Sociologia, Política). Mais importante do que os conflitos, porém, é a ratificação da idéia fértil, de que os geógrafos tem a responsabilidade de investigar a posição dos agrupamentos humanos num espaço de organização dupla: uma organização natural, herdada dos processos fisiográficos e ecológicos, e, uma organização imposta pela história das construções humanas no espaço geográfico, que é o próprio somatório das inúmeras implantações realizadas pelos agrupamentos que se sucederam no tempo, construindo coisas e organizando espaços em uma determinada parcela de território.

A única maneira de atenuar ou contornar as áreas de conflitualidade entre as ciências do Homem situa-se no campo metodológico. Será sempre através a adoção de métodos próprios e técnicas individualizadas que um setor das ciências humanas poderá sobreviver em relação aos setores vizinhos. De há muito os geógrafos se deram conta do fato de que sua ciência poderia ser parcialmente absorvida pelas ciências da natureza, de um lado, e, pelas ciências humanas, em uma outra banda. Daí uma luta dramática para conservar uma *unicidade*, que nem todos compreendem, e, um esforço contínuo para aperfeiçoar métodos e técnicas próprias de trabalho, tais como a Cartografia geográfica e a Aerofotogeografia, a fim de continuar a prestar serviços culturais e aplicados, dentro das ciências do Homem e da Natureza.

Cumprir lembrar três conselhos metodológicos de Albert Demangeon, que possuem muito mais importância e perenidade do que sua própria conceituação de Geografia Humana. Reconhecendo não ser suficiente definir apenas o conteúdo e o objeto de seu campo científico, invocava a necessidade de princípios de método. De sua parte, considerou essenciais as seguintes diretrizes: 1). — *em geografia humana não se pode acreditar em uma espécie de determinismo brutal ou de uma fatalidade emanada dos fatores naturais*; 2). — *a geografia humana deve trabalhar apoiando-se em um base territorial*; e, 3). — *para ser compreensiva e explicativa a geografia humana não pode se ater apenas a considerações sobre o estado atual das coisas*.

Nada mais razoável do que tais conselhos metodológicos. Entretanto, como se verá, não é tudo.

Pierre George, uma das maiores cabeças da Geografia contemporânea, fez uma revisão aprofundada dos objetivos e dos métodos da Geografia, destinada ao capítulo de abertura de uma obra por todos os títulos marcante: a Geografia Ativa. Optando pela fórmula de apresentar os objetivos da ciência geográfica, *pari passu* com a formulação de diretrizes metodológicas, George emitiu os seguintes conceitos, os quais além de suas implicações imediatas quanto ao método, guardam um extraordinário cabedal de aplicabilidade: 1). — *A Geografia é uma ciência humana*; 2). — *A Geografia é uma ciência do espaço, mas seus métodos são diferentes daqueles das ciências naturais do espaço*; 3). — *A Geografia é o resultado e o prolongamento da História*; 4). — *Historiador do atual, o geógrafo deve prosseguir os estudos do historiador, aplicando métodos que lhe são próprios*; 5). — *O objetivo da aplicação dos métodos geográficos é o conhecimento de situações*; e, 6). — *O estudo de uma situação pode proceder de uma concepção contemplativa ou de uma concepção ativa*.

As idéias de Pierre George merecem mais do que simples e restritos aplausos: elas nos obrigam a meditações longas. Seu ponto de partida básico é o de que a Geografia é uma ciência do homem, enquanto que sua meta final é a de que a “única Geografia é a sintética ativa”. Para os que estão acostumados a pensar em uma Geografia *dualística*, que é a um tempo ciência da Terra e ciência do Homem, o ponto de partida poderá parecer falso, enquanto que a conclusão final poderia parecer por demais pragmático. No entanto, trata-se apenas de uma questão de ordem de colocação dos fatos: ainda que a preocupação básica de todos os geógrafos modernos seja o homem, todos tem a certeza absoluta de que seu campo científico terá que possuir sempre uma base espacial ou territorial. Ainda que se busque todos os subterfúgios não há como escapar de suas raízes históricas e científicas: Geografia, ciência da Terra; Geografia, ciência do espaço terrestre; Geografia, ciência dos espaços da Biosfera organizados por fatores naturais e re-organizados pelos agrupamentos humanos em expansão. Evidentemente, para os olhos de um europeu, será, cada vez mais, uma ciência dos espaços organizados pelos homens.

Por outro lado, não há a duvidar que o grande interesse prático e imediato da ciência geográfica, deriva do seu potencial de aplicabilidade em termos de interesse humano e social. Tem plena razão, portanto, mestre George ao condicionar o estudo do espaço terrestre ao grau de interesse que a investigação possa ter para o homem e a sociedade:

“o espaço terrestre é o objeto do estudo geográfico na medida em que é, sob uma forma qualquer, um meio de vida ou uma fonte de vida, ou uma indispensável passagem para aceder a um meio de vida ou a uma fonte de vida”.

E’ de se sublinhar que, na verdade, em suas metas básicas, os estudos geográficos sempre se dirigem — direta ou indiretamente, em parte ou em seu todo — para fatos relacionados ao homem e à sociedade. Daí podermos aceitar a rígida linguagem antropocêntrica da Geografia moderna, bem patente na frase finalista de Pierre George:

“A Geografia aparece assim como uma ciência do espaço, em função do que êle oferece ou fornece aos homens e como uma ciência da conjuntura e dos resultados das sucessões de conjunturas”.

Frases como as de Demangeon,

“para ser compreensiva a Geografia precisa recorrer constantemente à História”,

ou, como as de Pierre George,

“A Geografia é o resultado e o prolongamento da História”,

têm que ser completadas por expressões paralelas, de ordem puramente fisiográfica. Na verdade, entretanto, as paisagens terrestres, antes de terem sofrido a interferência cultural do homem, representaram heranças fisiográficas e ecológicas, relacionados a um passado que remonta a dezenas de milhares ou milhões de anos. Apenas os geógrafos, de formação científica adequada, tem tido sensibilidade para explicar a organização natural das paisagens e diagnosticar o teor das modificações nelas introduzidas pelas ações antrópicas espontâneas ou voluntárias. Através tipos de *atividades predatórias*, em algumas poucas dezenas de anos, algumas gerações de homens destruíram os equilíbrios sutis, oriundos de prolongadas ações fisiográficas e ecológicas. Nêste sentido, alguns agrupamentos humanos tem interferido, lamentavelmente, na fertilidade e na própria fisiologia da paisagem de enormes extensões de terras, no Brasil, na África e alhures, à custa de atividades desadequadas e predatórias.

Uma paisagem qualquer possui sempre uma compartimentação topográfica, uma estrutura superficial, uma cobertura vegetal específica, assim como determinadas potencialidades em têrmos ecológicos. Em face das condições climáticas habituais da área, tôda paisagem tem uma espécie de *fisiologia* particularizada. E, evidentemente, qualquer perturbação no ritmo e na intensidade dos processos fisiológicos e ecológicos poderá ser irreversível em têrmos de funcionalidade, fertilidade e produtividade.

De um modo geral, a despeito do grande desenvolvimento tecnológico de nosso século, os homens pouco ou quase nada puderam interferir na compartimentação topográfica global das paisagens. Entrementes, grandes e substanciais desarranjos de fisiologia foram provocadas pela atuação extensiva e predatória dos homens em alguns domínios paisagísticos do Globo.

A ninguém é dada a possibilidade de efetuar qualquer tipo de planejamento sem a realização prévia de estudos básicos, de ordem geográfica, histórica, econômica e sociológica. Para quantificar, tornar comparáveis e projetar os resultados de seus estudos, geógrafos, economistas, sociólogos, arquitetos e urbanistas, estão recorrendo cada vez mais aos métodos estatísticos. Nêsse sentido, aparentemente, existe gente demais utilizando-se de métodos e técnicas similares, ainda que com objetivos diferentes. E, poucos se dão conta — sobretudo no ambiente interno das Universidades — que a formação de boas *equipes* seria a solução ideal para evitar a duplicação de trabalhos e operações e garantir a precisão dos diagnósticos e a multiplicidade das conclusões e proposições.

Tendo sido descritiva; tendo sido academicamente interpretativa, porem quase sempre contemplativa, a Geografia moderna tem agora uma notável ampliação de objetivos e metas, devido as suas possibilidades no campo prospectivo e perspectivo (George, 1966, p. 37). Com sua elegância verbal costumeira, Pierre George nos explica porque cresceu a responsabilidade dos geógrafos do século XX, no setor do Planejamento. São palavras suas, as que se seguem:

“Até esta metade do século XX, o geógrafo podia restringir-se a estabelecer balanços e a propor as mais sutis explicações. A brutal pressão do crescimento da população do mundo, que se exerce sob as formas mais diversas, que fende por tôdas as partes as construções elaboradas no século XIX, obriga a organizar e a organizar rapidamente novos planos. Estes planos são necessariamente harmonizados com as perspectivas do desenvolvimento demográfico sôbre planos geográficos diferentes, segundo se trata de buscar uma solução local para o problema da população ou de harmonizar desenvolvimentos de regiões e de frações de continentes distintas”.

Em princípio, a capacidade de diagnosticar de um geógrafo não é muito maior do que a de um médico de clínica geral. E, nêsse sentido, nos eximimos de sublinhar as grandes virtudes e as limitações dos clínicos. A favor dos geógrafos que pretendem se engajar em tarefas de planejamento existe apenas um grupo de vantagens — entre muitas desvantagens — ou seja: 1). — o geógrafo inicia seus estudos diretamente através observações sistemáticas de campo; 2). — a grande especialidade do geógrafo moderno é a técnica de observação da organização do espaço; 3). — possuindo sensibilidade para compreender a tipologia dos espaços organizados por diferentes agrupamentos humanos, os geógrafos podem colaborar decisivamente para encontrar soluções e sugerir novos padrões de organização, em cooperação direta com os especialistas integrados nos ideais de planejamento; 4). — para abreviar o estudo das situações espaciais o geógrafo tem a seu favor o auxílio dos métodos e das técnicas da Cartografia geográfica e da Fotointerpretação geográfica.

A linguagem estatística pode *precisar*, *confirmar* observações empíricas, *complementar* estudos regionais sistemáticos, mas em qualquer hipótese, não poderá *substituir* as investigações feitas *in situ* e a vivência das situações. Daí a fôrça das pesquisas de alguns geógrafos e de antropólogos sôbre regiões ou comunidades, independentemente de se recorrer a grandes massas de dados estatísticos. No momento, porém, devido à necessidade de fazer projeções, as bases estatísticas têm ganho uma posição cada vez mais importante e exponencial. Seria conveniente que no seio das equipes de planejamento, as *projeções* fôssem feitas sempre por aquêles que têm a competência

e o treinamento adequado em termos de estatística, demografia e economia.

Felizmente, alguns equívocos em relação aos objetivos do Planejamento começam a ser superados. Alguns grupos tiveram como meta o chamado *planejamento regional* (*regional planning*), visando um melhor arranjo dos espaços (Faissol, p. 22), outros, alicerçando-se puramente em ciências econômicas pretenderam realizar planos de desenvolvimento (*development plain*) escudados apenas na inversão de capitais, na difusão do crédito e na intensificação da industrialização. O tempo se encarregou de demonstrar que não havendo integração entre os planejamentos regionais, capazes de interferir nos “espaços defeituosamente organizados” — para usar de uma expressão da grande geógrafa brasileira Lísia Maria Cavalcanti Bernardes — com os planos de desenvolvimento econômico realizados na base de investimentos selecionados, nada se pode conseguir para a melhoria global de uma certa área ou território. Para ser *areolar* e não apenas linear ou pontual, o planejamento deve ser endereçado a todos os setores da vida regional, em termos de re-organização dos espaços mal utilizados e em termos de aumento de produtividade e elevação de padrão de vida. Donde se conclui que apenas existe um tipo de planejamento que é o planejamento integrado, realizado pelo somatório dos esforços de muitos tipos de pesquisas e de pesquisadores.

Aos bons geógrafos destina-se um extenso setor de trabalhos prévios para o reconhecimento de situações; aos sociólogos, economistas, arquitetos, urbanistas e técnicos de educação e serviços sociais, ficará encomendada a etapa final dos estudos básicos destinados à discriminação de diretrizes e propostas. A política do planejamento somente poderá ser firmada pelo cotejo das diretrizes e pela estratégia da implantação dos planos. Todos os especialistas envolvidos em um processo de planejamento podem fazer diagnósticos setoriais; diretrizes gerais, prioridades e propostas devem ficar restritas aos que foram treinados para entender conjunturas. Entre os estudos para o planejamento regional, integrado e desenvolvimentista, e o plano de implantação e o próprio controle do processo de implantação, existe todo um jôgo de sutilezas a se vencer. Sobre o assunto diz Pierre George, com muita razão:

“Uma escôlha se impõem em face de cada situação. — Esta escôlha comporta a concessão de certas vantagens, o sacrifício de certos privilégios. E’ pois, política. Aí se situa a linha de demarcação entre a geografia ativa e perspectiva e a ação administrativa. Mas seria sem fundamento válido sem a outra”.

O fato de os primeiros planejamentos regionais terem sido realizados para resolver problemas de áreas — tomadas como *conjuntos*

isolados de um todo — causou prejuízos enormes de conceituação, com fortes desprezígios para as metas do planejamento. Hoje, todos se dão conta de que o planejamento aplicado em uma região jamais está isolado dos problemas extra-regionais, que dizem respeito ao conjunto territorial do país. Como bem o salienta o geógrafo brasileiro Faissol,

“há a necessidade de se pensar em tôdas as regiões quando se planeja para uma delas em particular” (Faissol, 1965, p. 23).

Na realidade, todo esforço de planejamento obriga a considerações dos fatores endógenos, exógenos e extrógenos (André Libault, 1967). Por fatores endógenos entende-se a conjuntura interna da área a ser planejada, em termos de potencialidades de recursos naturais, potencial humano, produtividade agrícola e industrial, infra-estrutura dos transportes e determinadas atividades terciárias dignas de equacionamento. Por fatores exógenos entende-se os fatos conjunturais relativos às regiões ou países vizinhos, assim como às áreas que participam das relações econômicas com a região a ser planejada, independentemente da distância onde elas se situam. Por fatores extrógenos entende-se as interferências criadas pela introdução de técnicas, recursos ou inovações — de procedência alienígena — suficientes para corrigir defeitos no estado de saúde da população ou fomentar o desenvolvimento de certos tipos de produtos, até então pouco ou quase nada rendosos na economia da área.

* * *

*

Não seria possível, tentar esboçar, aqui, a história do Planejamento no Brasil. Os primeiros esquemas de planos se perdem em pleno período colonial, quando das aplicações setoriais, isoladas, da iniciativa das autoridades portuguesas: plano das capitânicas hereditárias, rede de fortes da Amazônia e de Mato Grosso, sistema de fortificações da costa brasileira, primeiros caminhos de ligação entre litoral e planalto, arruamentos de cidades e vilas. Na segunda metade do século XIX, à custa da importação quase que integral de técnicas e materiais estrangeiros, inicia-se a grande luta para vencer a muralha da Serra do Mar e estender os primeiros trechos de trilhos pelos mais diversos compartimentos dos planaltos interiores. Não havendo supervisão no processo de implantação das ferrovias acabou por se criar uma rede evitada de erros e deficiências técnicas e funcionais, salvando-se apenas aquelas estradas que se expandiram à custa de planos e rumos seguros.

Com a elaboração do plano para transferir a capital do Piauí de Oeiras para Terezina, iniciou-se um outro tipo de planejamento, que depois seria tentado, com grande sucesso, em outras áreas do país (Belo Horizonte, Goiânia), culminando com a epopéia da construção de Brasília. No momento, o próprio Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, entre outros grupos, vem fazendo estudos destinados à escolha de sítios para a transferência da capital do Estado de São Paulo.

O caso de Brasília, muito mal conhecido do grande público — que apenas conhece aspectos políticos e financeiros do projeto — é indiscutivelmente um dos mais interessantes exemplos de planejamento regional conhecido em qualquer parte do mundo. Escolhidas as áreas preferenciais para a localização da futura metrópole, elaborados os estudos regionais básicos, feita a documentação aerofotográfica e cartográfica de detalhe, ofereceu-se uma paisagem natural aos planejadores, provindos, no caso, da faixa dos arquitetos e urbanistas. A bem da verdade, deve-se dizer que antes dessa fase do planejamento de Brasília, os sítios preferenciais foram selecionados com a colaboração de geógrafos, geólogos, geotécnicos e fotointerpretadores. Quando os urbanistas e arquitetos receberam a documentação básica para seu trabalho criativo, havia tão somente na região uma topografia, uma rede de drenagem, um conjunto de solos tropicais profundamente alterados, um espaço recoberto pela monótona paisagem vegetal dos cerrados e por serpenteantes e destacadas florestas galerias. Certamente havia um bom *sítio*, enxuto e aprazível — dotado de notáveis panoramas e jôgo de iluminação natural — mas era necessário criar uma situação geográfica, quase que por completo. Para tanto, foram feitas grandes rotas inter-estaduais e inter-regionais, completaram-se trechos vitais de rodovias e ferrovias, e, — através esforços e gastos, certamente enormes e mal administrados — criou-se rapidamente uma conjuntura de transportes e de circulação onde antes existiam os maiores vazios do país.

A cruzada em prol do Planejamento, e em favor da implantação de uma mentalidade de *planificação* no Brasil, culminou com a lei que impõe a todo município brasileiro a obrigação de encomendar a feitura de um “Plano Diretor”, elaborado por escritórios de Planejamento e por grupos de especialistas de comprovada idoneidade técnica e profissional. Os municípios tem um certo prazo para apresentar seu “Plano Diretor”, sem o que não poderão gozar do privilégio de empréstimos federais e outras vantagens oficiais.

Em função dêsse justificável pressionamento governamental, houve uma corrida na direção dos *planos diretores*, que se traduziu no mercado de trabalho técnico-científico pela instalação de um grande número de escritórios e empresas de planejamento. Algumas firmas

dotadas de tradição e pioneirismo no setor, e que até então viviam em condições econômicas e financeiras mais ou menos críticas e certamente desestimulantes, passaram a ter um novo *status*, transformando-se em verdadeiras potências econômicas. Outras, menores, surgiram da noite para o dia, enfrentando a princípio dificuldades de todos os tipos.

É importante assinalar que a falta de clientes dificultava a formação de bons grupos técnico-científicos, implicando em trabalhos de planejamento, de estilo monográfico, metodologicamente falhos, incompletos e deficientes. Inesperadamente surgiram clientes de todas as procedências e tornou-se mais fácil contratar técnicos de diferentes especialidades para atender a setores específicos das tarefas de Planejamento. Com a instalação de equipes ecléticas o gabarito dos relatórios finais está melhorando a olhos vistos. As primeiras experiências, parciais e superficiais, sucederam-se trabalhos de muito maior valor técnico e científico. Em muitos casos, a participação de geógrafos, de boa experiência profissional, tem enriquecido sobremaneira os relatórios finais, fato válido tanto para São Paulo, como para Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre ou Belo Horizonte.

Abriam-se novas frentes de *profissionalização*, de grande importância para a integração dos jovens egressos das universidades brasileiras, em trabalhos liberais ou empresariais, de interesse direto para o desenvolvimento do país. Pensamos que, em função de tudo isso, geógrafos e sociólogos venham a encontrar outras fontes de trabalho e renda, que não somente o Magistério. Espera-se, com isso, que tais profissões venham a ser regulamentadas, em futuro próximo, já que efetivamente existem as categorias funcionais, reconhecidas com nomes apropriados nas equipes de planejamento de diversos escritórios ou empresas. Se as firmas particulares já reconhecem os especialistas de sua *equipe* pelo nome de sua profissão técnico-científica, faltará apenas um passo a mais para a regulamentação definitiva das novas profissões. Trata-se de um argumento a mais para obter do Governo uma regulamentação justa e adequada.

Por último gostaríamos de lembrar que, em tarefas de Planejamento, só a experiência e o dinamismo do pesquisador constituem títulos válidos. Entre os especialistas vinculados a um projeto existe um diálogo franco, permanente e direto, que elimina a figura do medalhão, de uma vez por todas. Não há lugar para personalismos exagerados: respeita-se apenas a bibliografia específica de Planejamento e o *stock* de experiências profissionais de cada elemento do grupo. Aquela humildade que nunca fez mal a ninguém retorna aos grupos de trabalho que se reúnem para uma tarefa séria. Todos têm a consciência de que sozinho nada poderiam fazer, e, que o fracasso ou o sucesso da empreitada será o próprio sucesso ou o fracasso do grupo.

Através das atividades de Planejamento, por outro lado, foram definitivamente abertos os contactos entre os técnicos e cientistas de diferentes especialidades. Uma certa terminologia de trabalho foi criada e passou a ser de domínio comum. Termos como, *estudos básicos*, diagnóstico, diagnóstico setorial, polos de crescimento, polos de desenvolvimento, propostas, projetos, pré-projetos, implantação de planos, potencial de recursos, capacidade de uso da terra, recursos renováveis, rendimentos decrescentes, vantagens competitivas (etc., etc.), passaram a constituir a linguagem universal de todo um agrupamento eclético de pesquisadores.

Evidentemente, se o país necessita de técnicas de Planejamento, cada vez mais aperfeiçoadas, as Universidades têm que se reaparelhar para atender a tais imperativos do meio social e administrativo. Caberá a elas melhorar a formação dos especialistas, em nível de graduação e de pós-graduação, a fim de atender à demanda. Dessa forma além de contribuir para a formação de especialistas e membros de equipe, em seu próprio ambiente, nossas instituições universitárias vão ganhar com a introdução de uma linguagem comum e de novas relações interdisciplinares, mais freqüentes e sólidas.

Até há alguns anos atrás, era mais fácil para um especialista da Universidade de São Paulo, por exemplo, manter contactos e intercâmbio cultural com elementos de qualquer outra Universidade do país e do Mundo, do que com colegas e pesquisadores de ciências afins de sua própria instituição. O Planejamento, talvez venha a ser — em futuro próximo — mais um *ponto de encontro*, para melhores e mais férteis relações interdisciplinares no seio da própria Universidade, a serviço do país e daquela parte da Humanidade que se encontra mais próxima de nosso alcance.

* *

*

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE (Manuel Correia de). — 1967 — *Espaço, Polarização e Desenvolvimento*. — Cram — Imprensa Universitária. Recife.
- ANDRADE, (Manuel Correia de). — 1967 — *Geografia, região e desenvolvimento*. — Cadernos do Instituto de Ciências Políticas e Sociais, nº7. Recife.
- APRIGLIANO (Rita Olmo) (e outros). — 1969 — *Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Mauá. 1. A Área de Mauá: O Quadro Natural*. — Universidade de São Paulo — Instituto de Geografia, Geografia e Planejamento nº1. São Paulo.

- BAKKER (J. P.). — 1959 — *Recherches neerlandaises de geomorphologie appliquée*. — Revue de Géomorphologie Dynamique, X, 1959. pp. 67-84. Strasbourg.
- BERNARDES (Nilo). — 1963 — *Geografia e Planejamento*. — in “A Geografia e o Poder Nacional” de Speridião Faissol. Ed. mimeogr.
- BOUDEVILLE (Jacques R.). — 1957 — *Contribution a l'Étude des Pôles de Croissance Bresiliens — une industrie motrice — la siderurgie de Minas Gerais*. — Cahiers de ISEA. Paris.
- BOUDEVILLE (Jacques R.). — 1957 — *L'Economie Regionale et Espace Operational*. — Cahiers de ISEA. Paris.
- BOUDEVILLE (Jacques de). — 1965 — *Les espaces économiques*. — Presses Universitaires de France. Paris.
- COPPOLANI (Jean). — 1959 — *Le reseau Urbain de la France, sa structure et son aménagement*. — Les Editions Ouvrivères Economie et Humanisme. Paris.
- DELMAS (Claude). — 1963 — *L'Aménagement du Territoire*. — Presses Universitaires de France. Paris.
- DEMAGEON (Albert). — 1947 — *Problèmes de Geographie Humaine*. — Librairie Armand Colin. Paris.
- DICKINSON (Robert E.). — 1961 — *Ciudad, Region y Regionalismo*. — Ediciones Omega. Barcelona.
- DIVERSOS AUTORES. — 1964 — *Refléxions pour 1985*. — La Documentation Française. Paris.
- FAISSOL (SPERIDIÃO). — 1963 — *A Geografia e o Poder Nacional*. Ed. Mimeografada. Rio de Janeiro.
- GEORGE (Pierre). — 1961 — *Geografia Econômica*. — Editora Fundo de Cultura. Rio de Janeiro.
- GEORGE (Pierre). — 1964 — *Problèmes, Doctrine et Méthode*. — in “La Geographie Active”, prem. part. Presses Universitaires de France. Paris.
- GEORGE (Pierre) (e outros). — 1966 — *A Geografia Ativa*. — Difusão Européia do Livro-Ed. da USP. São Paulo.
- GOTTMANN (J.). — 1952 — *L'Aménagement de L'Espace*. — Librairie Armand Colin. Paris.
- INSTITUTO PANAMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA. 1966 — Simpósio de Geografia Urbana. — Comissão de Geografia do I.P.G.H. Rio de Janeiro.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. 1968 — *Subsídios à regionalização*. — Obra elaborada pela Divisão de Geografia do I.B.G. Rio de Janeiro.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. 1968 — *Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogêneas*. — Divisão de Geografia do I.B.G. Julho de 1968. 4 vols. Rio de Janeiro.
- LABASSE (Jean). — *L'organisation de l'espace. Elements de Geographie Voluntaire*. — Hermann. Paris.
- LABOURIAU (L. G.) (e) VANZOLINI (P. E.). — 1964 — *Plano de implantação de um centro de experimentação e pesquisas Tecnológicas do cerrado para a Universidade de Brasília*. — Ed. da FAPESP. São Paulo.
- LA BLACHE (Vidal de). — 1954 — *Princípios de Geografia Humana*. — Tradução portuguesa por Fernandes Martins. Edições Cosmos. Lisboa.

- LACOSTE (Yves). — 1965 — *Géographie du Sous-Developpment*. — Presses Universitaires de France. Paris.
- LAMOUR (Phillippe). — S/d — *L'Aménagement du Territoire. Principes, Elements Directeurs, Méthodes et Moyens*. — Les Editions d' Epargne. Paris.
- LAVAREDA (José Heskett). — 1960 — *Migrações internas no Nordeste. Caruaru um dos seus centros detentores*. — Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, nº9. Recife.
- LEBRET (Joseph Louis). — 1955 — *Estudo sôbre Desenvolvimento e Implantação de Indústria, interessando a Pernambuco e ao Nordeste*. — CODEPE. Recife.
- MASSÉ (Pierre). — 1964 — *L'Aménagement du Territoire, Projection Géographique de la Societé de l'Avenir*. — em "Revue de Economie Politique". Número especial. Sirey. Paris.
- MEISTER (Albert). — 1962 — *Principes et Tendances de la Planification Rurale en Israel*. — Mouton & Co. La Haya. Paris.
- OLIVEIRA (Américo L. Barbosa de). — 1946 — *O desenvolvimento planejado da Economia Brasileira*. — Fund. "Getúlio Vargas". Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA (Américo L. Barbosa de). — 1947 — *Diretrizes para uma planificação regional do Brasil: atividades de base*. — Boletim Geográfico, ano V, nº49. Rio de Janeiro.
- PHILLIPONEAU (M.). — 1960 — *Géographie et Action. Introduction à la Géographie Appliquée*. Libr. Armand Colin. Paris
- ROCHEFORT (Michel). — 1960 — *L'Organization Urbaine de l'Alsace*. — Societé d'Éditions "Les Belles lettres". Paris
- RAMBAUD (Placide). — 1969 — *Societé Rurale et Urbanisation*. — Éditions du Seuil. Paris
- ROCHEFORT (M.) (e) (LABASSE) (J.). — 1964 — *Le Rôle des Equipaments Terciaires Superieurs dans la Polarization de la Vie Regionale en Europe Occidentale*. — Ministère de la Construction. Paris.
- TRICART (Jean). — 1959 — *Enquête sur les organismes faisant des recherches de géomorphologie appliquée: le Centre de Géographie appliquée (Université de Strasbourg)*. — Revue de Géomorphologie dynamique, X, 1959. pp. 85-96.
- TRICART (Jean). 1960 — *La contribution du Centre de Géographie appliquée à la mise en valeur de l'Etat de Bahia (Brésil)*. — "Revue de l'Enseignement Supérieur", nº2, pp. 86-96.
- TRICART (Jean). — 1962 — *L'épiderme de la Terre. Esquisse d'une Géomorphologie Apliquée*. — Masson et Cie. Eds. Paris.
- TRINTIGNAC (André). — s/d. — *Aménager l'Hexagone, Villages, Villes, Régions*. — Editions du Centurion. Paris.
- UNION GEOGRAPHIQUE INTERNATIONALE. — 1967 — *Colloque International de Géographie Appliquée*. — 3ª Reun. da Com. de Geogr. — Aplic. da U.G.I. Comptes Rendus. Liège (7-13Sept. 1967). Impr. Maisson d' Edition S.C. Marcinelle. Bélgica.
- VIAU (Pierre). — s/d. — *Démocratie, Planificaction, Aménagement*. — Les Éditions Ouvrières, Economie et Humanisme. Paris.
- WILHEM (Jorge). — 1965 — *São Paulo Metrôpole 65. Subsídios para seu plano diretor*. — Dif. Européia do Livro. São Paulo.